

Actas Completas

da 4^a Jornada
Virtual Internacional
em Pesquisa Científica

Educação, Cultura e Cidadania

Tiago S. Reis
e Maria Ferreira
(Org.)

**ACTAS COMPLETAS DA 4^a JORNADA VIRTUAL
INTERNACIONAL EM PESQUISA CIENTÍFICA:
EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA**

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinea
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosóficas - Argentina)

**Thiago S. Reis
Maria Ferreira
(Org)**

**Actas Completas da 4^a Jornada Virtual
Internacional em Pesquisa Científica:
Educação, Cultura e Cidadania**



Copyright © 2022 Editora Cravo

Título: **Actas Completas da 4ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Educação, Cultura e Cidadania**

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-29-8

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica
(2022 : Porto, Portugal).

Actas Completas da 4ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica:
Educação, Cultura e Cidadania [recurso eletrónico] / Thiago S. Reis, Maria
Ferreira (org.). – Porto : Editora Cravo, 2022.

E-book (pdf): 14Mb

ISBN 978-989-9037-29-8

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação
Científica. 4. Encontro Científico. I. Reis, Thiago S.. II. Ferreira, Maria. III.
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização
por escrito dos editores e autores.



4^a Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Educação, Cultura e Cidadania

Organização:



Apoio:



Comissão de Organização

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil – Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Veiga de Almeida / Universidade Estácio de Sá / INCT Proprietas – Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso – Centro de Investigaciones Filosoficas – Argentina)

Comité Científico

Ana Muska Castro
(Universidade do Minho – Portugal)

André Sena
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil)

António Fernando Zucula
(Academia de Ciências Policias – Moçambique)

Armindo Armando
(Universidade Zambeze – Moçambique)

Brígida D’Oliveira Singo
(Universidade Licungo – Moçambique)

Claudecir dos Santos
(Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil)

Ezra Chambal Nhampoca
(Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal / Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique)

Katia Cristian Puente Muniz
(Universidade Veiga de Almeida – Brasil)

Luzia Cristina Nogueira de Araújo
(Universidade Veiga de Almeida – Brasil)

Márcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso-Brasileiro – Portugal)

Margarita González Sánchez
(Universidad de Salamanca – España)

Maria Ferreira
(Universidade do Minho – Portugal)

María Esperanza Rock Núñez
(OTEC Cultura y Territorio – Chile)

Maria Teresa González Astudillo
(Universidad de Salamanca – España)

Micaela Altamirano
(PUC-SP – Brasil)

Simone Webe de Lima
(Instituto Federal de Brasília – Brasil)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..........21

ET 01 EDUCAÇÃO, JUSTIÇA E DIREITO

“A PRÁTICA COMO CRITÉRIO DA VERDADE”: DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Bruna Weyll de Melo | Elis Cristina Fiamengue.....23

PAY TO WIN E A JUSTIÇA NOS JOGOS ONLINE

Eduardo Silva Benetti | Vinicius Iuri de Menezes | Dariel de Carvalho.....36

CABELO CRESCE...PRECONCEITO TAMBÉM! UMA ANÁLISE DOS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL PARA O EMPODERAMENTO DE MENINAS NEGRAS

Evelyn Souza Rosa.....46

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Geysa Novais Viana Matias | Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas | Arlete Ramos dos Santos | Edna Maria Costa Pinto Silva.....64

EXCLUSÃO DIGITAL E REFLEXO NA EDUCAÇÃO NO MOMENTO PANDêmICO

Gustavo Santana de Souza.....71

O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA NO ESTADO DA BAHIA E A ASSISTÊNCIA ESTATAL À LUZ DO DIREITO: ENTRE LEIS E CONTRADIÇÕES

Igor Tairone Ramos dos Santos | Hadassa Chaves Silveira.....79

O BRINCAR E O INTERAGIR NA INFÂNCIA: A CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES FACE A FACE À CONSTRUÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Janaína Raquel Cogo | Martin Kuhn.....90

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL NO ENSINO MÉDIO: TRABALHO DOCENTE PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E O MUNDO DO TRABALHO
Lincoln dos Reis | Cílson César Fagiani.....101

A POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO - À LUZ DO DIREITO – CONCEITO, VALIDADE E EFICÁCIA DA LEI
Henrique Cunha Junior | Luzia Fernanda dos Santos Moraes.....116

OS DIREITOS DAS COTAS RACIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Luzia Fernanda dos Santos Moraes.....131

ELEMENTOS REFLEXIVOS DOS “LETRADOS CHINESES” NA VISÃO WEBERIANA DE EDUCAÇÃO

Elza Magela Diniz | Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira.....148

PARA UMA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO
Patrícia Rosí Prohmann.....156

ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO
Anita Helena Schlesener | Tatiani Maria Garcia de Almeida.....169

RESSIGNIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DA TEORIA TRADICIONAL À LUZ DA TEORIA CRÍTICA
Taynara Gagliano.....174

ET 02

CURRÍCULOS, TEORIAS E PRÁTICAS

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO URBANÍSTICO PARA A FORMAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL

Analice Nogueira Santos Cunha.....188

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LUGARES DE DISPUTAS

Erika Christianne Sousa Pereira de Almeida | Lélia Cristina Silveira de Moraes.....196

A INTENCIONALIDADE DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT EM ATUAR NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS CAMPESINOS EM IGRAPÍUNA BAHIA

Jamile Nascimento Santos | Elis Cristina Fiamengue.....206

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ANOS 2020 E 2021: UMA ANÁLISE DOS RELATOS DOS DISCENTES EM PEDAGOGIA SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIOS CURRICULARES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Jonas Severino da Silva | Maria do Carmo Pereira Servidoni.....219

OS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL: AS INTERFACES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Kélli Renata Corrêa de Mattos | Micheli Bordoli Amestoy | Poliana Antunes da Rosa | Riceli Gomes Czekalski | Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto.....228

DEFRALDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM NORMATIVAS E DOCUMENTOS BRASILEIROS

Maévi Anabel Nono | Gessica Santos Couto.....241

QUAL LUGAR DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Maria Keila Jeronimo.....254

ALTO DA PENHA: PERCURSOS URBANOS E AFRICANIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Meryelle Macedo da Silva | Henrique Cunha Junior.....262

ET 03

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO, COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA E ÉTICA

PRODUÇÃO DE MINI-HISTÓRIAS À LUZ DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Elaine Conte | Cristiele Borges dos Santos Cardoso.....275

AUTONOMADRO DO APRENDIZ: UM INSTRUMENTO PARA A ANÁLISE DA AUTONOMIA NA APRENDIZAGEM E O SEU USO NO ENSINO DE CIÊNCIAS Elaine da Silva Machado.....	293
---	-----

THE RELEVANCE OF SCIENCE EDUCATION: O PROJETO ROSES A PARTIR DA VIABILIDADE DA APLICAÇÃO PILOTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ BRASIL	
--	--

Poliana Antunes da Rosa Riceli Gomes Czekalski Kélli Renata Corrêa de Mattos Micheli Bordoli Amestoy Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto.....	308
---	-----

ET 04

ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

O PROJETO EDUCATIVO-LITERÁRIO DA SEMANA DE ARTE MODERNA E SEUS DESDOBRAMENTOS ENTRE OS ANOS DE 1922 A 1929	
--	--

Cassia Vitória Ribeiro de Sousa Jhulienne Sousa Silva Cristiane Feitosa Pinheiro.....	321
---	-----

A REVISTA DE ANTROPOFAGIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO PARA A ARTE MODERNA	
---	--

Vanessa Maria do Nascimento Sousa Gabriele Alves Barbosa Cristiane Feitosa Pinheiro.....	336
--	-----

ET 05

POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: REALIDADES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE UM MUNICÍPIO DA BAHIA	
---	--

Carina Marjorie Garcia Melo Lívia Andrade Coelho.....	352
---	-----

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM CONTEXTO	
--	--

Elza Magela Diniz.....	361
------------------------	-----

REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E OS DESDOBRAMENTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES

Gabriela Jesus de Amorim | Lívia Andrade Coelho.....370

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: DA MACRO A MICRORREGULAÇÕES NA ESCOLA

Maria Eliéte Lacerda Lucchesi | Celso Luiz Aparecido Conti.....380

ET 06

CULTURA, UNIVERSALIDADE E LOCALISMO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO INCLUSIVA EM MUSEUS: UM ESTUDO DE CASO DO MUSEU DA COMUNIDADE CONCELHIA DA BATALHA

Desirée Nobre Salasar | Francisca Ferreira Michelon | Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa.....392

ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTUDOS SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR: BRASIL E COLÔMBIA

Elaine Conte | Helen Rose Flores de Flores.....401

RECUPERAR LA MEMORIA CAMPESINA Y EL ESPÍRITU SOCIALISTA PARA LOGRAR LA DIGNIDAD HUMANA RURAL

Raúl Carbajal López.....414

ET 07

FORMAÇÃO DE EDUCADORES E GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO DO MÓDULO DE DIDÁCTICA DE CIÊNCIAS NATURAIS: CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA UM ENSINO DE QUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO/BÁSICO

Brígida Martins de Oliveira Singo.....429

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: AVALIANDO UMA EXPERIÊNCIA	
Bruno Vasconcellos Silva.....	442
LA REFLEXIÓN DIDÁCTICA EN LA RESIDENCIA DOCENTE. UN ESTUDIO DE CASO CENTRADO EN LA ENSEÑANZA DEL TEMA “CIRCUITOS ELÉCTRICOS”	
Cecilia Biggio Gisele Medel Guillermo Cutrera.....	454
TERREIRO E AS ESCOLAS DO BAIRRO	
Eunice Gonçalves Queiroz.....	463
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE LICENCIANDOS EM FÍSICA A RESPEITO DA FÍSICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA	
Fabiene Barbosa da Silva Adriano José Ortiz.....	475
REGIME DE EXERCÍCIO DOMICILIAR: UMA PRÁTICA EDUCATIVA COM OLHAR PARA A AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Flávia Regina Grego Claudio Zarate Sanavria.....	489
FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DO ENFOQUE CTS	
Janeslei Pereira Vaz de Quadros Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira.....	498
EXPERIMENTOS CONTEXTUALIZADOS: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS	
Márcia Conceição Rocha Lima Priscilla Coppola de Souza Rodrigues Jeane Cristina Gomes Rotta.....	509
FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: O DIFERENCIAL DA ATUALIZAÇÃO EM TIC'S JUNTO AOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL PARA O ATENDIMENTO DAS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NOS ANOS 2020-2021	
Jonas Severino da Silva Maria do Carmo Pereira Servidoni.....	516

PERFIL DE PROFESSORAS DE CRECHES CONVENIADAS DE UM MUNICÍPIO
DO NOROESTE PAULISTA

Mirian Roberta Pedrini | Maévi Anabel Nono.....526

A PROFISSIONALIDADE DOS(AS) DIRETORES(AS) DE ESCOLA PÚBLICA

Patrícia Ribeiro Tempesta Bertochi | Celso Luiz Aparecido Conti.....534

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO EM VALORES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Rita Melissa Lepre.....550

PROCESSOS FORMATIVOS COLABORATIVOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

Simone Lorena Tobbin Pereira | Claudio Zarate Sanavria.....558

APRENDIZAGENS PROFISSIONAIS DOCENTES EM UM CASO DE ESTUDO DE
AULA: UMA ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DA INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tailon Thiele | Leila Cristina Maia | Tatiane de Jesus | Eliane Miotto Kamphorst.....567

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO E A CONSTRUÇÃO DA COLETIVIDADE NAS
HTPCS POR PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Wania Tedeschi | Caroline de Lira Mauri.....574

ET 08

DISCIPLINAS ESCOLARES, CULTURA E SABERES

ALFABETIZAR PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: UMA
AÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO DA SOCIOLOGIA EM TEMPOS
DE PANDEMIA DA COVID-19

Francisca Júlia Camargo Dresch | Maria Arlete Rosa.....588

OS DESAFIOS DE PESQUISAR A INSTABILIDADE DA SOCIOLOGIA NO
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabriela A. De O. Lima | Elis Cristina Fiamengue.....602

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A PERSPECTIVA FREIREANA

Gilvan dos Santos Sousa.....614

COEVALUACIÓN CON RÚBRICA DE RELATOS EN EDUCACIÓN PRIMARIA: UN ANÁLISIS DE MENSAJES EVALUATIVOS

Juan José Marabé Alzás | María Eugenia Martín Nieto | Ana Paredes Espinosa | Elena Santiago Muñoz.....624

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SEUS BENEFÍCIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Orlando Ferreira Da Silva Neto | Liana Eida Marques dos Reis | Lindemberg Costa Junior | Karla Maysa Bringel Machado Araújo | Silvia Monica Moura Lima | Vicente Gregório de Sousa Filho.....631

LA FUNCIÓN EPISTEMOLÓGICA Y CRÍTICA DE LA ESCRITURA EN LA CLASE DE CIENCIAS GEOGRÁFICAS

Sabina Ximena Inetti Pino.....645

ESPAFAM: ESTUFAS SUSTENTÁVEIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

Thallys Arimar Lopes Rosa.....650

ENSINO DE FILOSOFIA EM ARAIOSES: CONSIDERAÇÕES SOB A PERSPECTIVA DE SÍLVIO GALLO

Vicente Gregório de Sousa Filho | Liana Eida Marques dos Reis | João Paulo Leite Rocha.....658

ET 09

EDUCAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIAS E PATRIMÓNIO

DE ESCOLA RURAL A CENTRO DE MEMÓRIA: HISTÓRIA E RESTAURAÇÃO DA VITAL BRASIL

Cássia Maria Popolin | Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.....666

“CASAMENTO NA ROÇA”: IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.	
Dêis Maria Lima Cunha Silva.....	686
A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL DE CAXIAS DO SUL/RS (1947-1954): CULTURAS ESCOLARES E PRÁTICAS COTIDIANAS	
Elisângela Cândido da Silva Dewes José Edimar de Souza Amália Cardoso.....	700
TÍTULOS MARIANOS E AS INVOCAÇÕES NAS LADAINHAS DE NOSSA SENHORA: UM RECURSO PARA A DATAÇÃO DOS TEXTOS RELIGIOSOS E AS IMPLICAÇÕES À EDIÇÃO MUSICAL	
Fernando Lacerda Simões Duarte.....	709
HISTÓRIA REGIONAL E A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA SOCIEDADE	
Henrique Cunha Júnior Márcia Aparecida de Souza.....	719
O TERREIRO, O BAIRRO E A CIDADE. O AXÉ ILÊ OBÁ, O BAIRRO DO JABAQUARA, E A CIDADE DE SÃO PAULO	
Henrique Cunha Junior Eunice Gonçalves Queiroz.....	725
UM MODO DE COMPOR PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: GRUPO ESCOLAR D. PEDRO II DE NOVO HAMBURGO, RS, BRASIL (1930-1950)	
José Edimar de Souza.....	733
CASO RIOCENTRO: A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE	
Larissa Santana dos Santos.....	742
PERCURSOS URBANOS EM NATIVIDADE-RJ: PERSPECTIVA PARA O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO	
Márcia Aparecida de Souza Meryelle Macedo da Silva.....	749

LUGARES DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO DE BH PARA DIMENSÃO ESPIRITUALIDADE NO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

Ricardo Pinto de Paula.....759

APRENDENDO A CONTAR: A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS AULAS PÚBLICAS DE CAXIAS DO SUL/RS, BRASIL (1890-1930)

Samanta Vanz | Weslei Vivan.....770

SABERES E MEMÓRIAS EXPRESSOS NO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DE SÃO VICENTE (SP/BRASIL)

Sandra C. A. Pelegrini.....780

ET 10

GÉNERO, INTERSECCIONALIDADE E SEXUALIDADES

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Adriana Silveira Campanharo | Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho | Vilma Aparecida Bianchi.....792

DE EVA À MARIA: A INVISIBILIDADE DA MULHER DESDE A HISTÓRIA SAGRADA ATÉ AOS LIVROS DIDÁTICOS E A NECESSIDADE DO (RE)EXISTIR DIANTE DA INVISIBILIDADE IMPOSTA PELA HISTÓRIA OFICIAL À HISTÓRIA PÚBLICA, DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Alcione Aparecida da Silva | Eulália Maria A de Moraes.....801

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA/DAS/PELAS MULHERES: PROCESSOS EDUCATIVOS DE RESISTÊNCIA

Marcos José de Aquino Pereira | Camila de Carvalho Cordeiro Portella.....811

A POLÍTICA DE SAÚDE E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Mayara Simon Bezerra | Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira | Maria Cristina Piana.....825

A GRADUAÇÃO EM SEGUNDO PLANO: UM ESTUDO SOBRE AS ESTUDANTES CASADAS E MÃES QUE INGRESSARAM NO CURSO DE PEDAGOGIA	
Virgínia Laís de Souza.....	835

ET 11
EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E TOLERÂNCIA

A ESCOLA DOMINICAL PRESBITERIANA EM TERESINA/PI E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS (1936 a 2019)	
Jamylle Torres Viana Vieira de Alencar Leite Lima Maria do Amparo Borges Ferro.....	844

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DAS MÍDIAS DIGITAIS NO CONTEXTO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE CIÊNCIAS HUMANAS	
Luís Roberto Rizzi Marraccini.....	853

ET 13
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE E ÉTICA

“BINGO DAS PRETAS”: A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA POR MEIO DO USO DE JOGOS	
Franciele Brito Barbosa Elis Cristina Fiamengue.....	866

EDUCAÇÃO NA NEOMODERNIDADE: ENFRENTAMENTO AO NOVO FASCISMO NO BRASIL	
Gian Eligio Soliman Ruschel.....	869

OS FIOS QUE TECEM A SOCIOEDUCAÇÃO NA INTERSECÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Irandi Pereira Cláudio Oliveira Fernandes Mauro Mathias Júnior Fernanda Caroline Cassador Costa.....	880

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM VALORES: UM DESAFIO DA SOCIEDADE E DA ESCOLA

Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho | Fátima Simone Silva Pereira Consoni | Rita Melissa Lepre.....894

ET 14

LITERACIA MEDIÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL

GENIALLY, HERRAMIENTA PARA APOYAR PROCESOS DE ENSEÑANZA - APRENDIZAJE EN LA MODALIDAD A DISTANCIA CON ALUMNOS DE BACHILLERATO

Erika Susana Loyo Espíndola | Fátima de la Luz Velasco Bucio.....902

ET 15

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ARTICULAÇÃO MULTIPROFISSIONAL: O DESIGN DE PRODUTOS A FAVOR DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Jeanne de Jesus Rodrigues | Márcia Luiza França da Silva | Fernando José da Silva.....911

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SÍNDROME DE DOWN: ESTUDO DE CASO DE UMA ALUNA DA PRÉ-ESCOLA

Karina Dias Silveira | Lídice Martins da Rocha Pedroso.....924

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Thais Aparecida Santos.....932

TECNOLOGIA ASSISTIVA: IMPLICAÇÕES NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Thiago Sardenberg | Helenice Maia.....942

ET 16
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA	
Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas Arlete Ramos dos Santos Edna Maria Costa Pinto Silva Geysa Novais Viana Matias.....	955

SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS EDUCATIVOS: UM CAMINHO ENVOLVENDO A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	
Vinicius Perez Dictoro Ariane Baffa Lourenço Caroline Pessoa de Lima Elis Sperb Eleftheriou Leila Maria Costa Rodrigues Tadeu Fabricio Malheiros Fernanda da Rocha Brando Fernandez.....	962

ET 17
EDUCAÇÃO SUPERIOR, SEUS AGENTES E CONTEXTOS

EDUCAÇÃO DIGITAL NOS CONTEXTOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PORTUGAL E BRASIL - OS DESAFIOS FACE À SUA IMPLEMENTAÇÃO	
Ana Maria Carvalho Luísa Cerdeira Tomás Patrocínio.....	974

PERCEPCIÓN DEL PROFESORADO UNIVERSITARIO SOBRE EL USO DE REDES SOCIALES EN EDUCACIÓN SUPERIOR	
Diego Gudiño Zahinos Cristina Amante Botello Fátima Rosado-Castellano Isabel Porras Masero.....	986

COMPETENCIAS TIC DEL PROFESORADO UNIVERSITARIO: ANÁLISIS DEL USO DE PERFILES DE AUTOR EN BASES DE DATOS CIENTÍFICAS	
María Jesús Fernández Sánchez Lucía Pérez Vera Isaías González Pérez.....	993

NOVOS MOVIMENTOS CURRICULARES EM UMA DISCIPLINA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Vânia Cristina da Silva Rodrigues.....	998

A ASCENSÃO DOS VALORES DE MERCADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE E MERCANTILIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE

Wagner Pires da Silva.....1009

ET 18
EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR

ANÁLISE DO PERFIL DO ESTILO DE VIDA DE CALOUROS DO PROGRAMA DE
MESTRADO PROFEPT CAMPUS IFC BLUMENAU DURANTE A PANDEMIA
COVID-19

Denise de Castro Insaurriaga Silva | Eduardo Augusto Werneck Ribeiro | Felipe Iop
Capeleto.....1023

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A SAÚDE BUCAL ESCOLAR

Edna Maria Costa Pinto Silva | Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas | Arlete
Ramos dos Santos | Geysa Novais Viana Matias.....1036

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM SAÚDE: DESAFIOS E PROBLEMATIZAÇÕES
CRÍTICO-REFLEXIVAS

Fagner Henrique Guedes Neves | Paulo Pires de Queiroz.....1042

ESTUDIO CORRELACIONAL ENTRE LA MOTIVACIÓN Y LA A.F. EN JÓVENES
ADULTOS

Miguel Ángel Durán-Vinagre | Susana Sánchez Herrera | Soledad Fernández Sánchez....1055

OFI-CINE: CINECLUBE E OFICINAS COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE
SAÚDE DO TRABALHADOR DO PODER JUDICIÁRIO

Natalia Soares Dalfior | Ananda Lugon Bourguignon | Ricardo Meneses Miguel..... 1064

ET 02
CURRÍCULOS, TEORIAS E
PRÁTICAS

187



Actas Completas da 4ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica: Educação, Cultura e Cidadania

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2022 | ISBN 978-989-9037-29-8

OS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL: AS INTERFACES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Kélli Renata Corrêa de Mattos¹
Micheli Bordoli Amestoy²
Poliana Antunes da Rosa³
Riceli Gomes Czekalski⁴
Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto^{5 6}

Considerações iniciais

O discurso neoliberal vem articulando, desde os anos de 1990 no Brasil, uma série de mudanças não só nas políticas públicas, mas também na própria organização do aparelho estatal. O neoliberalismo pode ser caracterizado como um projeto que visa à reorganização do capitalismo internacional, como um projeto político para acentuar a acumulação de capital e reestruturar o poder das elites. Esse movimento, que reúne adeptos em todas as camadas sociais, orienta-se pela ideia de um Estado fraco, que não é capaz de gerir recursos e garantir os direitos individuais e coletivos. Nessa distopia, um dos principais discursos neoliberais consiste em propagar que o que é realizado pelo setor privado é bom e de qualidade, enquanto o que é realizado pelo setor público é ruim e desqualificado (HARVEY, 2012; APPLE, 2005; LAVAL, 2018).

Essa narrativa de precarização do Estado contribui para o esvaziamento de suas funções e o avanço do setor privado e do setor público não estatal, na formação de novas tendências e na legitimação de discursos. O denominado setor público não estatal, terceiro setor ou simplesmente Sociedade Civil (SC), é representado por igrejas, sindicatos, fundações, entre outros, que atuam tanto individualmente ou por meio de organizações sem fins lucrativos. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) de forma genérica têm representado esse setor, sendo que, nessas OSC, inserem-se os atores sociais, que se apresentam como apartidários (ou até mesmo apolíticos) e aliados pelo desenvolvimento social e bem comum. Em meio a discursos altruístas e a construção de um *status filantrópico*, os seus reais interesses podem parecer difusos. Porém, as OSC têm se mostrado aparelhos privados de hegemonia, pois são o espaço em que agentes empresariais passam a influenciar o setor público (TRIPODI; SOUSA, 2018; AVELAR, 2019).

228

¹ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS/UFSM). E-mail: kellic.mattos@gmail.com

² Pós-doutoranda em Educação em Ciências (PPGECQVS/UFSM). Mestra e Doutora em Educação em Ciências. E-mail: micheliamestoy@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS/UFSM). Especialista em Educação Inclusiva. E-mail: profpoliantunes@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS/UFSM). E-mail: ricelicgbio@gmail.com

⁵ Doutor em Educação. Professor do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lcaldeira@uol.com.br

⁶ Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES).



A inserção formal do setor privado no setor público foi regulamentada por meio da Lei N° 9.790/1999, que dispõe a respeito de Parcerias Público-Privadas (PPP), e que caracteriza as OSC que estiverem de acordo com a regulamentação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Nesse cenário de busca por hegemonia do terceiro setor, os organismos internacionais também ocupam lugar de destaque, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são alguns exemplos. No contexto educacional, sabe-se que uma agenda global tem orientado os países periféricos ao desenvolvimento econômico, posicionando a educação como ferramenta central para obtenção desses resultados (MOROSINI; USTÁRROZ, 2016).

Desse modo, a educação tem sido o carro-chefe dos reformadores neoliberais, que buscam ressaltar as falhas da educação contemporânea (sobretudo a pública) e suscitar tendências por uma educação moderna. Essas tendências visam promover a necessidade de soluções empresariais para que a educação ganhe qualidade, reforçando a importância da cultura de metas e das avaliações externas (MARTINS, 2016; AMESTOY, 2019). O conceito de qualidade educacional neoliberal está atrelado fortemente aos resultados em avaliações de larga escala, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Assim, a estandardização chega ao ponto de reduzir a educação à métrica desses exames, onde alunos tornam-se números, e escolas, colocações ocupadas em *rankings* (THIESEN, 2018; ROCHA, 2020).

O atual contexto educacional tem se tornado um ‘negócio’ lucrativo, os alunos são vistos como capital humano e, portanto, o ensino escolar deveria ocupar-se em treiná-los para a competitividade do mundo corporativo. Para que as ideias neoliberais pudessem ser legitimadas no contexto educacional brasileiro (um mercado de mais de 200 milhões de habitantes), as políticas públicas educacionais careciam de reformas, a começar com as políticas de currículo. Com grande influência dos organismos internacionais e apoio de diversas OSCIP, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê uma aprendizagem baseada no desenvolvimento de habilidades e competências, foi homologada para todos os níveis da educação básica em 2018.

A idealização e homologação da BNCC representa não só o impacto do discurso neoliberal nas políticas públicas, mas também demonstra a acentuação da (re)organização do aparelho estatal. Estudos apontam para uma governança em rede que possibilita a participação de atores privados na gestão pública (SILVA; LIMA; SILVA, 2019). A responsabilidade sob a gestão pública, outrora do Estado, tem se diluído e ficado a cargo de redes de governança: “nessas redes, governo, filantropia e mercado têm colaborado na formulação e na execução de políticas públicas [...] a linha que separa organizações públicas e privadas tem se tornado cada vez mais tênue” (AVELAR, 2019, p. 71). Essas redes envolvem organismos internacionais, governos (nacional, estadual, municipal), OSCIP, empresas (consultoras), corporações transnacionais, entre outros atores que se relacionam potencializando os efeitos de influência (SHIROMA, 2020).

Assim, a governança tem alcance suficiente para validar novos discursos políticos e impactar políticas globais e locais (BALL, 2014). Com essa forma organizacional, supera-se a ideia hierárquica de governo, em que os poderes estão bem estabelecidos, têm sentido vertical e o Estado é central. Na governança em redes a organização é heterárquica, o sistema é

229

desigual e fluído, os papéis se modificam constantemente e o Estado passa a dividir a centralidade com outros atores sociais (AVELAR; BALL, 2019). A desordem é uma característica das redes, de acordo com Shiroma e Evangelista (2014, p. 31):

A promoção da governança em redes pode ser interpretada como estratégia neoliberal para remodelar a Sociedade Civil reformando o próprio Estado. Relações entre grupos de interesse e governo, parcerias público-privadas, ações coletivas de responsabilidade social de empresas, ações realizadas por instâncias híbridas que demarcam novos tipos de relações entre organizações estatais e não estatais, redefinem as funções e responsabilidades do Estado, compartilhadas com a Sociedade Civil.

Essa relação pode ser observada em torno da política de currículo nacional, a BNCC. O Todos Pela Educação (TPE) e o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) são exemplos de organizações que se engajaram na discussão e homologação da Base, tendo como principais idealizadores e representantes desses movimentos, o setor empresarial. Ressalta-se que cada uma dessas organizações traz consigo uma série de outros atores sociais, assim as redes tornam-se extensas e a compreensão das relações pode ser complexa (MARTINS, 2016; BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019).

A fronteira entre o público e o privado tem ficado cada vez mais sutil e acaba por extrapolar a inserção do discurso empresarial na gestão pública, configurando a transferência da responsabilidade do Estado em prover serviços, para o setor privado. Nessa descentralização, os atores privados apresentam-se como essenciais, considerando a incapacidade do Estado em resolver os problemas. O Estado não é impotente, mas acaba por depender de serviços prestados pelo setor privado ou pelo terceiro setor, passando a contratar/pagar por consultorias e não mais a prestar serviços públicos (BALL, 2016). Embora o Estado não tenha saído de cena, o que se percebe é que o setor privado que tem dominado a governança (BALL, 2014). E como sabe-se o próprio empreendedorismo preocupa-se com lucratividade em longo prazo e estabilidade no mercado. Ao idealizar uma política, os ganhos não se esgotam com ela, mas se estendem por toda a sua repercussão. Uma política nova pode significar novas formas de organização, elaboração de documentos orientadores, formação de professores, material didático, infraestrutura, uma série de medidas que precisam ser realizadas para adequação à política vigente. O próprio guia de implementação da BNCC utiliza o termo *governança* e orienta às PPP, visando o estabelecimento de novas políticas alinhadas à BNCC (FREITAS, 2018; BRASIL, 2020). As PPP têm ascensão diante do novo, porém, os prejuízos para a educação nacional podem ser irreparáveis, uma vez que retirar do

230

Estado a prerrogativa de definir os fins e os objetivos da educação pública, na medida em que, em vários casos, transfere para a esfera privada [...] a elaboração de currículos, materiais pedagógicos, formação de professores e gestão escolar, alterando os sentidos públicos, laicos, baseados no pluralismo de ideias e concepções que permitem às escolas propiciar o pensamento crítico e a ampliação cultural, constitucionalmente definidos para a educação básica brasileira, ofertada igualmente para todos, que só poderá ser garantida sob a responsabilidade do Estado (COSSIO; SCHERER, 2019, p. 74).

Pode-se dizer que a BNCC representa uma dessas políticas de efeito cascata, pois ela vem induzindo uma cadeia de reformas, tanto em redes de ensino estaduais como municipais,



onde novas políticas curriculares são construídas às pressas (CÁSSIO, 2018). Portanto, diante de uma iminente governança em rede que favorece a atuação do setor privado na gestão pública, este estudo objetiva identificar atores envolvidos no processo de construção da BNCC e sua influência no estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Percorso metodológico

Este estudo caracteriza-se como qualitativo e epistemologicamente fundamenta-se nas perspectivas teóricas do pós-estruturalismo. Associa-se assim, à proposta de Stephen Ball para a análise de políticas públicas, caracterizada como ontologicamente flexível e epistemologicamente pluralista. Esse posicionamento justifica-se, pois, a análise de políticas demanda um conjunto de conceitos analíticos de peso, considerando a complexidade das relações sociais, econômicas e discursivas em torno delas (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011). Assim sendo, o referencial teórico-metodológico do Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball e colaboradores corresponde à principal fundamentação deste estudo.

O Ciclo de Políticas é formado por três principais contextos: Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto e Contexto da Prática (BALL; BOWE, 1992; BALL; MAINARDES, 2011). Porém, tendo em vista o escopo desta escrita, a análise será delimitada ao contexto de influência e da produção do texto da BNCC. Esses contextos versam a respeito de influências globais/internacionais/ nacionais/lokais, discurso construído e predominante, elites políticas e seus interesses, grupos representantes e excluídos, participação pública/democrática, contradições, entre outros (BALL; BOWE, 1992; MAINARDES, 2006).

O contexto de influência e de produção do texto será contemplado, por meio da análise de redes de governança baseada em dois atores de significativa influência na BNCC, o TPE e o MBNC. A análise das redes de governança em torno da BNCC apoia-se no referencial de Etnografia de Redes (BALL, 2014). Além disso, destaca-se que conceitos como Governança e Nova filantropia servirão de subsídio para a análise das redes (AVELAR; BALL, 2019).

231

Setor empresarial e as parcerias público-privadas na educação brasileira: uma relação necessária?

Conforme a delimitação do estudo, o setor empresarial aqui tratado está representado por dois agentes influentes na elaboração da BNCC, os quais representam uma rede com diversos atores do setor privado: o MBNC e o TPE (AGUIAR, 2018; D'ÁVILA; LIMA, 2020). Assim, esta seção dedica-se à apresentação desses atores e a análise da relação entre eles, bem como das influências e interesses de ambos em atuar na elaboração de políticas públicas educacionais, em especial na BNCC. Diante de uma gestão pública neoliberal em que os interesses privados imperam na sociedade, esses dois movimentos ascendem na busca pela manutenção do capital (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011).

O TPE foi criado em 2006 e tornou-se uma Organização Social sem Fins Lucrativos (OSFL) em 2014. O TPE representa um grupo de empresas capitaneadas pela Fundação Itaú, Fundação Lemann, Fundação Jacobs, Grupo Gerdau, e o Grupo Globo e a Fundação Ayrton Senna. O MBNC por sua vez, foi criado em 2013, e se autoidentifica como “uma rede não



governamental e apartidária de pessoas e instituições, que se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC" (MBNC, 2022). Destaca-se o relacionamento entre o TPE e o MBNC, sendo que mais de 50% dos membros do TPE, também fazem parte do MBNC, conforme Quadro 1, apresentado a seguir:

Quadro 1: Atores que compõem tanto o TPE, quanto o MBNC.

Nome	Representa
Ana Inoue	Conselho Governança TPE, Instituto Pedagógico Acaia e Conselho Consultivo da Natura.
Angela Dannemann	Superintendente da Fundação Itaú Social
Anna Helena Altenfelder	Presidente do Conselho Administrativo do CENPEC
Anna Penido	Diretora Executiva do Instituto Inspire
Antonio Augusto Batista	Coordenador de Desenvolvimento de Pesquisa CENPEC
Antonio Neto	Consultor do Instituto Ayrton Senna
Beatriz Cardoso	Diretora Executiva do Laboratório de Educação
Beatriz Ferraz	Diretora da Escola de Educadores. Consultora da educação do Itaú BBA e do Banco Mundial
Camila Pereira	Diretora de Políticas Educacionais as Fundação Lemann
Claudia Costin	Diretora do CIEPE/FGV
Cleuza Repulho	Ex-presidente da Undime
David Saad	Diretor-presidente do Instituto Natura
Denis Mizne	Diretor da Fundação Lemann
Eduardo de Campos Queiroz	Diretor Presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Francisco Aparecido Cordão	Ex-membro do CNE e titular da Academia Paulista de Educação
Guiomar Namo de Mello	Consultora de projetos educacionais e de formação de professores na SEE-SP e no MEC e membro do Conselho Estadual de Educação de SP
Luiz Carlos de Menezes	Professor Sênior do Instituto de Física da USP. Membro do CEE de São Paulo e do Conselho Técnico Científico da Capes/MEC para Educação Básica. Integrou o grupo de especialista do MEC para a elaboração da versão preliminar da Base.
Maria do Pillar Lacerda	Diretora da Fundação SM
Maria Helena Guimarães de Castro	Secretária-Executiva do MEC
Mariza Abreu	Consultora em educação da CNM
Miguel Thompson	Presidente do Instituto Singularidade
Monica Pinto	Gerente de Desenvolvimento Institucional da Fundação Roberto Marinho
Mozart Neves Ramos	Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna
Naércio Aquino Menezes Filho	Coordenador do Centro de Políticas do Insper
Patrícia Mota Guedes	Gerente de Educação da Fundação da Fundação Itaú Social

232

Pedro Villares	Presidente do Conselho do Instituto Natura
Priscila Cruz	Presidente Executiva do Todos Pela Educação
Ricardo Chaves de Rezende Martins	Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Educação
Ricardo Henriques	Superintendente do Instituto Unibanco
Ricardo Paes Barros	Economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor da cátedra Instituto Ayrton Senna do Insper
Rodrigo Hübner Mendes	Superintendente do Instituto Rodrigo Mendes
Ruben Klein	Consultor da Fundação Cesgranrio
Simone André	Gerente Executiva da área de educação do Instituto Ayrton Senna
Thiago Peixoto	Deputado Federal (PSD/GO)

Fonte: Adaptado de Bernardi, Uczak e Rossi (2018, p. 41).

No quadro, elaborado ainda em 2018, pode-se observar os membros tanto do TPE como do MBNC, os quais representam predominantemente o setor corporativo e carregam a ideia de contribuir com o setor público. Destaca-se que o MBNC surgiu em 2013, antes da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, que instituiu a primeira comissão de especialistas para a elaboração da BNCC. Evidencia-se, assim, uma movimentação desses grupos, que já se articulavam não apenas na promoção da Base, mas para atuarem de forma ativa na construção do documento, influenciando diretamente nas políticas públicas educacionais (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2018).

Sabe-se que o MBNC teve origem:

Nos EUA, numa primeira incursão na Universidade de Yale, levando Agentes Públícos e Políticos para manter contato com a equipe que construiu a *Common Core*, em 2013, e de algum modo iniciar a sensibilização para a sua importância. A partir daí o grupo desenvolveu iniciativas no sentido de o currículo nacional entrar na agenda como prioridade (CORRÊA; MORGADO, 2020, p. 22).

233

Entre as iniciativas propostas pelo grupo, destaca-se a de incluir como meta do Plano Nacional de Educação (PNE) a construção obrigatória de um currículo comum. Ademais, sabe-se que muitos dos agentes privados influentes nas políticas públicas, também possuem algum papel/cargo de influência no setor público. Tanto que de 2016 a 2018, o grupo insere representantes que passam a ocupar cargos estratégicos tanto no governo, como no Conselho Nacional de Educação (CNE), favorecendo, assim, a consolidação da BNCC (CORRÊA; MORGADO, 2020).

Ressalta-se a influência desses atores, a ponto de atuarem junto aos órgãos governamentais e movimentos educacionais, fazendo parte da construção de importantes políticas, como o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o PNE, documentos orientadores da educação nacional. Diante dos esforços do setor empresarial em promover a BNCC como sinônimo de inovação e qualidade da educação, a sua construção também seria fortemente influenciada pelo gerencialismo financeiro (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2018; HYPÓLITO, 2019).

Contudo, considera-se que a construção da BNCC, perpassou por um cenário político de grandes disputas, especialmente com o Pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a então presidente Dilma Rousseff, uma vez que as equipes que participaram da primeira e segunda versão da Base foram retiradas da coordenação da tarefa, que passou a ser de um

Comitê Gestor (MARCONDES, 2018; SAVIANI, 2018). Percebe-se, com a transição abrupta de governos, o imperialismo do gerencialismo na educação por meio do controle do setor privado. Em 2016, após ocorridas essas mudanças políticas governamentais, foi elaborada a terceira versão da Base, em que é notória a ascensão das competências e habilidades como proposta para uma aprendizagem de qualidade (HYPÓLITO, 2019; MARTINS, 2016).

A vista disso, destaca-se que importantes associações da área de Ensino/Educação posicionaram-se contra a BNCC ao longo de sua construção (2015-2018), como: a Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) entre outras, porém não tiveram qualquer tipo de retorno das equipes a frente da elaboração do documento (FLÔR; TRÓPIA, 2018; MATTOS, 2020).

D'Avila e Lima (2020) apontam que a participação de Universidades na elaboração da Base também foi cerceada a partir da terceira versão do documento. Houve ainda, uma consulta pública realizada na primeira versão da BNCC, em 2015, que segundo o MEC, chegou ao marco de 12 milhões de contribuições ao documento, porém, nada se sabe a respeito da incorporação dessas contribuições as versões subsequentes da Base (MICARELLO, 2016; AGUIAR, 2018).

A comunidade acadêmica e escolar, não teve vez e nem voz diante da influência do setor privado/empresarial, tidos como especialistas em Educação, mesmo normalmente sendo profissionais ligados à economia, à administração, ao mundo corporativo ou político (VOSS, 2011). Assim, ao compreender currículo como formador da identidade de sujeitos (SILVA, 2009), importa saber quem está selecionando os conhecimentos que devem ser ensinados aos estudantes brasileiros. Tendo em vista que, “quando escolhemos o que entra nos currículos, escolhemos o que sai e esta decisão é política, favorece a alguns e prejudica a outros” (OLIVEIRA, 2018, p. 57).

Essas mudanças têm proporcionado um crescimento acelerado do mercado educacional porque uma política de currículo como a BNCC acarreta na definição e alinhamento a novas políticas, como as de avaliação, de produção de recursos didáticos e de formação de professores (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019). Por meio desse alinhamento de políticas e produção de recursos didáticos os interesses de grupos neoliberais se acentuam, valendo-se da:

ideia sedutora de que ‘todos’ se unem pela educação, utilizada pelo Movimento, propôs a mobilização da iniciativa privada e das organizações sociais do terceiro setor para atuar junto com o Estado no provimento da educação. Apropriando-se de bandeiras de lutas históricas pela democratização da educação, ressignificando-as, **o Movimento passou a defender a ampliação da jornada escolar, a universalização do atendimento educacional, as propostas de avaliação em larga escala, os incentivos à realização de parcerias externas** que buscam apoio às atividades educacionais, entre outras questões. Propôs uma mudança na forma de executar tais propostas baseadas na **gestão gerencial**, ou seja, com **o padrão de qualidade baseado no mercado** (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2018, p. 32, grifo nosso).

Nesse viés, de gestão gerencial os atores privados têm apostado na promoção da lógica empresarial/financeira na educação, visando tanto a legitimação de seus discursos

234

filantrópicos, como também a garantia de lucratividade a médio e longo prazo (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011). De acordo com Ball e Junemann (2012), dessa forma, as fronteiras entre filantropia, negócios e setor público são alteradas, a partir da disseminação de valores e práticas de empreendimento/empreendedorismo e da transposição do discurso internacional do gerencialismo em redes. O próprio Guia de Implementação da BNCC assume a governança em rede, como meio para estabelecer uma série de políticas subsequentes a BNCC, visando atuar em diferentes frentes na educação, não somente financiando uma educação voltada ao mercado de trabalho, mas ainda lucrando com venda de pacotes formativos, consultorias e formações (BRASIL, 2022; FORTES, 2016; FREITAS, 2018).

Embora nesse texto a discussão tenha se limitado ao TPE e MBNC, as redes envolvem Organismos internacionais (Ex: OCDE e Banco Mundial), Organizações não governamentais (ONGs); OSCIP, empreendedores sociais entre outros. Nessas redes “ideias, discursos, dinheiro e pessoas se movem” (BALL, 2014, p. 19), a fluidez de poder torna o discurso comum mais forte e amplia os meios de influência, favorecendo para que esses atores consigam alcançar seus objetivos para educação (SHIROMA, 2016).

No viés da governança, as demandas educacionais somente serão sanadas satisfatoriamente por meio de PPP. Assim, o movimento empresarial repetidamente cria a necessidade de novos produtos e serviços para educação, produtos e serviços esses, que apenas eles (setor privado) podem fornecer ou desempenhar com maestria (BERNARDI, 2016).

Considerações finais

Diversos atores sociais têm contribuído e se empenhado no avanço de uma frente hegemônica e empresarial no campo educacional. Esse movimento, representado majoritariamente pelo setor empresarial, OSCIP e PPP, configuram uma nova filantropia, influenciando e moldando a política educacional brasileira, ao contribuir como setor da sociedade civil e não como setor privado. Dessa forma, o setor público não estatal acaba por difundir ideais empresariais na educação pública, legitimando a necessidade de uma cultura de metas, índices, avaliações em larga escala, responsabilização, bonificações e privatizações. Por meio da análise realizada, pode-se identificar que a construção da BNCC foi determinada essencialmente por atores ligados ao mercado, reforçando a perspectiva de que a gestão pública está sendo conduzida pelo setor privado. As influências no âmbito educacional não se esgotam com a legitimação de uma política empresarial, mas chegam até a naturalização das PPP, visando o estabelecimento da mercantilização nas escolas e por fim, a privatização. Contudo, pode soar prematuro falar em privatização, quando se aborda as PPP, porém a privatização é um processo que já está em curso com a deslegitimação do Estado e a ascensão da esfera privada na tomada de decisão nas políticas públicas educacionais. Destaca-se, que este estudo não se esgota, espera-se que esta análise inspire novos pesquisadores a anunciar e denunciar os impactos do envolvimento do setor privado na educação.

235

Referências

AGUIAR, M. A. S. Política Educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão. **Curriculo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 722-



738, dez. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/aguiar.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

AMESTOY, M. B. **A Política de Accountability na Educação Básica e os efeitos da Avaliação Externa no Ensino e na Gestão Escolar:** um estudo no Município de Santa Maria/RS. 2019. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19401/TES_PPGECQVS_2019_AMESTOY_MICH_ELI.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 mar. 2022.

APPLE, M. W. **Para além da lógica do mercado compreendendo e opondo-se ao Neoliberalismo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 95 p.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: Cássio, F. (Org). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342246482_O_publico_o_privado_e_a_despolitizacao_na_s_politicas_educacionais#pf4. Acesso em: 16 mar. 2022.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in Brazil. **International Journal Of Educational Development**, [S.L.], v. 64, p. 65-73, jan. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>.

236

BALL, S. J. **Educação Global S.A:** Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248986176_Subject_Departments_and_the_Implementation_of_National_Curriculum_Policy_An_Overview_of_the_Issues. Acesso em: 11 mar. 2022.

BERNARDI, L. M. **Implicações do Plano de Ações Articuladas na democratização da gestão da educação.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BERNARDI, L. M; UCZAK, L. H; ROSSI, A. J. RELAÇÕES DO MOVIMENTO EMPRESARIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: a discussão da base nacional comum. **Curriculum Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 29-51, jan. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/bernardi-uczak-rossi.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRANCO, E. P; BRANCO, A. B. G; IWASSE, L. F. A; ZANATTA, S. C. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades?. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 11, n. 25, p. 155-171, 23 dez. 2019. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n25p155-171>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7505/pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

BRASIL. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://implementacaobncc.com.br/> Acesso em: 16 mar. 2022.

CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 12, n. 23, p. 239-253, 13 nov. 2018. Confederacão Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v12i23.887>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887/pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

C

ORRÉA, A; MORGADO, J. C. Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro. **Textura - Ulbra**, [S.L.], v. 22, n. 50, p. 19-35, 31 mar. 2020. Galoa Events Proceedings. <http://dx.doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5622>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5622>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CÓSSIO, M. F.; SCHERER, S. S. GOVERNANÇA EM REDE E PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RS. **Revista Contrapontos**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 71-92, 5 ago. 2019. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v19n2.p71-92>. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/13846>. Acesso em: 11 mar. 2022.

D'ÁVILA, J. B; LIMA, M. F. AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Educação em Debate**, Ceará, v. 42, n. 82, p. 55-72, maio 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54649/1/2020_art_jbdavilamflima.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

FLÔR, C. C. C.; TRÓPIA, G. Um olhar para o discurso da Base Nacional Comum Curricular em funcionamento na área de ciências da natureza. **Revista Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 144-157. jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/609/266>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FORTES, R. Política científica no Brasil: dilemas em torno da internacionalização e do inglês. Interfaces Brasil/Canadá, **Revista Brasileira de Estudos Canadenses**. v. 16, n.1, pp. 151-

190, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7660/5619>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

HARVEY, D. O Problema da Globalização. **Novos Rumos**, Marília, v. 13, n.27, p. 8-16, 23 abr. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1954/1607>. Acesso em: 16 mar. 2022.

HYPÓLITO, A. M. BNCC, AGENDA GLOBAL E FORMAÇÃO DOCENTE. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 187-201, 07 ago. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995/pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019. 326p.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 4769, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

238

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas Educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 6. p. 143-172.

MARCONDES, M. E. R. As Ciências da Natureza nas 1^a e 2^a versões da Base Nacional Comum Curricular. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 32, n. 94, p. 269-284, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0018>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152695/149191>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MARTINS, E. M. **Todos Pela Educação:** como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. 144 p.

MATTOS, K. R. C de. **Base nacional comum curricular e o processo de construção do documento orientador curricular de Santa Maria/RS:** da prescrição à indução de políticas educacionais. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22683>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MICARELLO, H. A. L. S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **Eccos – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 1, n. 41, p. 61-75, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6801/3429>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MOROSINI, M. C; USTÁRROZ, E. Impactos Da Internacionalização Da Educação Superior na Docência Universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 97, p. 35-46, dez. 2016. Disponível em:<<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2949>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

OLIVEIRA, I. B. Políticas Curriculares no Contexto do Golpe de 2016: Debates Atuais, Embates e Resistências. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. avaliação e perspectivas.** Recife: Anpae, 2018. Cap. 8. p. 55-59. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

R

OCHA, P. P. **Dispositivo Político Educacional das Avaliações em Larga Escala no Brasil e Educação em Ciências/Química:** uma análise de produções sobre o ENEM nas mídias e em documentos oficiais. 2020. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212277>. Acesso em: 01 mar. 2022.

239

SAVIANI, D. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: Nora Krawczyk. (Org.). **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis.** 1ed.Uberlândia: Navegando, 2018, v. 1, p. 35-51.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos En Política Educativa**, [S.L.], v. 5, p. 1-22, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.5.14425.003>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação & Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SHIROMA, E. O; GARCIA, R. M. C; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, S. G. DA; LIMA, I. G.; SILVA, M. E. DA. Redes de influência em políticas educacionais: o avanço neoconservador e neoliberal em cena. **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 3, p. 137- 154, 28 nov. 2019. Disponível em:<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/46255/751375149020>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

THIESEN, J. S. Cosmopolitismo como fundamento e utopia nos movimentos pela internacionalização do currículo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 49, p. 85-110, out. 2018. Disponível em:<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/13779/10709>. Acesso em: 05 jan. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Somos o Todos Independente, Plural e Decisivo. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 48, n. 167, p. 228-253, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053144800>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n167/1980-5314-cp-48-167-228.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

VOSS, D. M. S. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): con-textos e discursos. **Cadernos de Educação**, Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, n. 38, p. 43-67, jan./abr. 2011. Disponível em:<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1542/1449>. Acesso em 16 mar. 2022.

240